



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

MS
a

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0002971-58.2010.8.17.0001 (0288113-2)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

Agravado(a): EUNICE DE ARAUJO SANTOS

Advogado(a): Robson Alves Freitas OAB/PE 029613

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-FUNERAL. PARCELA ÚNICA. SERVIDOR MILITAR. RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS PAGAS A MENOR. APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. RECURSO DE AGRAVO QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O auxílio-funeral concedido aos herdeiros de militar vem disciplinado na lei que trata da remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 10.426/90).

2. Por outro lado, a Lei Complementar regula todas as parcelas remuneratórias percebidas pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, não menciona o auxílio-funeral. Ademais, destaque-se, por oportuno, que esse tipo de auxílio é parcela indenizatória, não se confundindo, pois, com a espécie tratada na LC.

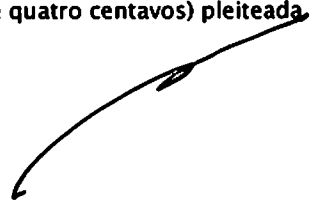
3. A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina, em seu artigo 2º, § 2º, que a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

4. Tem-se que, por ser a Lei 10.426/90 específica e por tratar inteiramente da matéria objeto de discussão dos presentes autos, é a que deve ser aplicada.

5. Com efeito, o referido auxílio, trata-se de benefício que não é periódico e que não compõe a remuneração, os proventos ou pensão, podendo, inclusive, ser pago a terceiro que custeie o sepultamento do ex-servidor, consoante o art. 66, I da mencionada lei. Destarte, o auxílio-funeral não se subsume a incidência tanto da Lei Complementar Estadual n. 32/01 quanto do art. 37, XIII da CF/88, dado o seu nítido caráter compensatório. Ou seja, o auxílio-funeral é uma prestação autônoma de natureza reparatória devida àquele que custear o sepultamento do servidor militar falecido, não sendo parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 32/01.

6. *In casu*, o valor do soldo no mês de falecimento do servidor militar, que era inativo, era de R\$ 2.220,28 (dois mil, duzentos e vinte reais e vinte e oito centavos), que, duplicado, corresponde aos R\$ 4.440,56 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) mencionados na exordial. Abatidos os R\$ 307,32 (trezentos e sete reais e trinta dois centavos) pagos, tem-se a diferença de R\$ 4.133,24 (quatro mil, cento e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) pleiteada.

7. Agravo legal conhecido e desprovido.





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

146
P

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0288113-2 em que figuram como agravante ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravada EUNICE DE ARAÚJO SANTOS, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

147
[assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0002971-58.2010.8.17.0001 (0288113-2)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

Agravado(a): EUNICE DE ARAUJO SANTOS

Advogado(a): Robson Alves Freitas OAB/PE 029613

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

RELATÓRIO

Vistos e examinados etc.

Trata-se de Recurso de Agravo Legal contra decisão monocrática desta relatoria proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, que, com supedâneo no art. 557, § 1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso, condenando o apelado a pagar o valor declinado na inicial.

Em linhas gerais, alega o agravante, nas razões do recurso que: i) com o advento da LC nº 32/2001, o auxílio-funeral passou a ser calculado com base no valor do soldo pago em março de 2001, submetendo-se apenas a reajustes concedidos por lei específica ou por lei geral que disponha sobre revisão de remuneração dos agentes públicos estaduais; ii) inexistente ofensa a direito adquirido, uma vez que o óbito veio a acontecer na vigência da referida Lei Complementar Estadual nº 32/01.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 8.10.2013

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

148
PC

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0002971-58.2010.8.17.0001 (0288113-2)

Agravante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

Agravado(a): EUNICE DE ARAUJO SANTOS

Advogado(a): Robson Alves Freitas OAB/PE 029613

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

O cerne da questão posta em tela cinge-se a análise da legalidade do ato do poder público que deu origem ao pagamento de auxílio-funeral no montante supramencionado.

O Estado de Pernambuco, ora apelado, argumenta que a partir da vigência da Lei Complementar nº 32/01, as parcelas remuneratórias pagas aos PMs corresponderiam aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001. Eis o teor do artigo, *verbis*:

"Art. 1º. Todas as parcelas remuneratórias, compreendidas como tais as gratificações, os adicionais, as indenizações e quaisquer outros acréscimos pecuniários, a qualquer título, percebidos pelos membros da Polícia Militar do Estado, da Casa Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do estado, sejam ativos, reformados, da reserva remunerada ou ainda as parcelas ou acréscimos que compõem as pensões dos pensionistas, passam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustável por lei específica ou por lei que disponha sobre revisão geral de remunerações dos agentes públicos estaduais, ficando expressamente vedada a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo."

In casu, tendo o óbito ocorrido em 24/06/2009, ou seja, na vigência da referida lei, o auxílio-funeral, na visão do apelado, teria como parâmetro duas vezes o valor recebido pelo *de cujus* em março de 2001, estando correto, pois, o valor pago à apelante.

Acontece que o falecido era militar e há uma lei estadual nº 10.426/90, que disciplina o valor a ser pago a título de auxílio-funeral, *in verbis*:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

149
R

"Art. 65 - O auxílio-funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do Cabo".

Ressalte-se que, havendo uma lei específica que regula a matéria, é ela que deve ser aplicada em caso de litígio.

A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro disciplina, em seu artigo 2º, § 2º, que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

LINDB:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. (Vide Lei nº 3.991, de 1961)

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

É o que acontece no presente caso.

O auxílio-funeral concedido aos herdeiros de militar vem disciplinado na lei que trata da remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco (lei estadual nº 10.426/90).

Por outro lado, a Lei Complementar regula todas as parcelas remuneratórias percebidas pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, não menciona o auxílio-funeral. Ademais, destaque-se, por oportuno, que esse tipo de auxílio é parcela indenizatória, não se confundindo, pois, com a espécie tratada na LC.

Tem-se que, por ser a lei 10.426/90 específica e por tratar inteiramente da matéria objeto de discussão dos presentes autos, é que deve ser aplicada.

Diante do exposto, infundado o argumento de que a Lei Complementar nº 32/01 por ser posterior, teria revogado tacitamente a lei 10.426/90, sendo aplicada aos casos por esta regulado.

Ademais, ao analisar a natureza jurídica do benefício denominado auxílio-funeral, verifico que o mesmo não se insere, na estrutura adotada pela Lei Estadual n. 10.426/90, como vencimento nem como remuneração, mas



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

150
R

como "outros direitos" previstos no Capítulo V do Título II da Lei (art. 3º, parágrafo único).

A definição legal do auxílio-funeral está prevista no art. 64 da lei supramencionada, vejamos:

"Art. 64. O Auxílio-funeral é o quantitativo concedido para custear as despesas com sepultamento do servidor militar"

Com efeito, o referido auxílio, trata-se de benefício que não é periódico e que não compõe a remuneração, os proventos ou pensão, podendo, inclusive, ser pago a terceiro que custeie o sepultamento do ex-servidor, consoante o art. 66, I da mencionada lei. Destarte, o auxílio-funeral não se subsume a incidência tanto da Lei Complementar Estadual n. 32/01 quanto do art. 37, XIII da CF/88, dado o seu nítido caráter compensatório. Ou seja, o auxílio-funeral é uma prestação autônoma de natureza reparatória devida àquele que custear o sepultamento do servidor militar falecido, não sendo parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 32/01.

Assim, seu cálculo permanece regido pelos termos da Lei Estadual nº 10.426/90, na seguinte forma:

"Art. 65. O Auxílio-Funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do Cabo".

"Art. 94. São extensivos ao servidor militar da reserva remunerada ou reformada, no que lhe for aplicável, os direitos constantes dos artigos 50 a 68 e 78 desta lei.

51º Para fins de cálculo do valor do auxílio-funeral, será considerado o soldo do posto ou graduação do servidor militar na inatividade, que vinha servindo de base ao cálculo de seus proventos, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de cabo".

Nesta mesma diretriz, caminha a jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça, conforme se pode observar dos precedentes abaixo colacionados, vejamos:

ADMINISTRATIVO - MILITAR - AUXÍLIO-FUNERAL - NÃO INCIDÊNCIA DA LEI COMPLR N.º 32/2001 - FORMA DE CÁLCULO REGIDA PELA LEI ESTADUAL N.º 10.426/1990 - RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 3210.4261. O auxílio-funeral é uma prestação autônoma de natureza reparatória devida àquele que custear o sepultamento do servidor militar falecido, não sendo parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do Art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 32/2001. 2. Recurso de agravo conhecido e improvido. 3. Decisão unânime. (2614277



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

151
R

PE 0013677-35.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 28/08/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 163).

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-FUNERAL. PARCELA ÚNICA. SERVIDOR MILITAR. RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS PAGAS A MENOR. APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. RECURSO DE AGRAVO QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.10.4261. O auxílio-funeral concedido aos herdeiros de militar vem disciplinado na lei que trata da remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 10.426/90).2. Por outro lado, a Lei Complr nº 32/01, diploma que, segundo a Fazenda Pública é aplicado à lide, não obstante regule todas as parcelas remuneratórias percebidas pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, é omissa quanto ao auxílio-funeral.323. A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina, em seu artigo 2º, § 2º, que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.Lei de Introdução ao Código Civil2º§ 2º4. Tem-se que, por ser a Lei 10.426/90 específica e por tratar inteiramente da matéria objeto de discussão dos presentes autos, é a que deve ser aplicada.5. Determinando a Lei 10.426/90 que o valor do auxílio-funeral, cujo pagamento feito em parcela única (e não de forma periódica), é destinado a custear as despesas com o sepultamento do servidor militar, não se confundindo, portanto, com a espécie tratada na LC nº 32/01, corresponde a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do cabo, cristalino está que a viúva do militar faz jus ao recebimento da diferença entre o valor que recebeu e o valor do dobro do soldo do cabo, visto que seu marido era soldado à época do falecimento.326. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.(2658040 PE 0004242-37.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 17/04/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 77).

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - EX-SERVIDOR MILITAR - AUXÍLIO-FUNERAL - CARÁTER AUTÔNOMO E COMPENSATÓRIO - NÃO INCIDÊNCIA DA LEI COMPLR Nº 32/01 - FORMA DE CÁLCULO REGIDA PELA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME - MANTIDA A TERMINATIVA IMPUGNADA.3210.4261. Na estrutura adotada pela Lei Estadual nº 10.426/90, o auxílio-funeral se insere não como vencimento (art. 3º, I), nem como indenização (art. 3º, II), mas como "outros direitos" previstos no Capítulo V do Título II da Lei (art. 3º, parágrafo único).2. O auxílio-funeral é uma prestação autônoma de natureza reparatória devida àquele que custear o sepultamento do servidor militar falecido, não sendo parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 32/01. 3. Recurso de Agravo a que se nega provimento de forma unânime. 4. Decisão mantida. (2692673 PE 0014644-80.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 28/08/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 163).

Compulsando os autos, verifico que o valor do soldo no mês de falecimento do servidor militar, que era inativo, é de R\$ 2.220,28 (dois mil, duzentos e vinte reais e vinte e oito centavos), que, duplicado, corresponde aos R\$ 4.440,56 (quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) mencionados na exordial. Abatidos os R\$ 307,32 (trezentos e sete reais e trinta dois centavos) pagos, tem-se a diferença de R\$ 4.133,24 (quatro mil cento e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) pleiteada.

✓



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

152
pe

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 8.10.2013


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator